



Conselho Nacional de Justiça

Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data e local:

29 de junho de 2015, 16h
CNJ, Sala de Videoconferências (107)

Presenças CNJ:

SAULO CASALI BAHIA	Conselheiro/CNJ, Presidente da Comissão/CTI
RUBENS CURADO	Conselheiro/CNJ, Membro da Comissão/CTI
LUIZA FRISCHEISEN	Conselheira/CNJ, Membro da Comissão/CTI
BRÁULIO GABRIEL GUSMÃO	Juiz Auxiliar da Presidência/CNJ
MARCELO LAURIANO LÚCIO	Diretor de Tecnologia da Informação/CNJ
FRANCISCO G. ARAÚJO	Coordenador de Gestão de Sistemas/CNJ
JORGE HENRIQUE M. MENDES	Assistente VI/CNJ

QUESTÕES DISCUTIDAS E DELIBERADAS

1. **Acompanhamento das solicitações feitas à Presidência do CNJ quanto à: execução da ação orçamentária 2015, portfólio de sistemas, sigilo de processos da Corregedoria, PL cargos TI e acordo de cooperação técnica SDH/CNJ**

- a) Execução da ação orçamentária 2015 – apresentação das emendas no Orçamento de TIC de 2015 CNJ¹: o juiz Bráulio Gusmão e o DTI informaram que os tribunais já foram oficiados pela Presidência do

¹ Memorandos 6 e 10 CNJ/SCB/2015 (fls. 189 e 243/244).

Conselho no sentido de que não se deve buscar a vinculação de verbas para aquisição de equipamentos de informática por meio de emendas parlamentares, de modo a obrigar o CNJ a atender necessariamente a um tribunal em detrimento do emprego adequado de recursos. No caso do TJMT, o senhor Marcelo Lauriano noticiou que os recursos solicitados, infelizmente, tiveram de integrar o contingenciamento exigido do Conselho.

- b) Execução do orçamento não contingenciado 2015: o senhor Marcelo Lauriano informou que até o momento não houve a utilização dos recursos da ação de modernização. Contudo, afirmou que: os projetos das contratações de servidores e *storages* estão prontos; os de monitores de vídeo e videoconferência podem ser viabilizados; e o de aceleradores *wan* encontra-se em estágio avançado. Diante dessas informações, a Comissão solicitou ao DTI a consolidação de propostas de possíveis compras de equipamentos de TIC para 2015 (aceleradores *wan*, *storages*, servidores, monitores, videoconferência, gravação de audiência), acompanhadas dos respectivos andamentos dos projetos no âmbito do CNJ. A planilha deverá ser elaborada de forma a permitir uma análise dos cenários e necessidades dos tribunais, e evitar o não emprego dos recursos disponíveis para 2015.
- c) Portfólio de sistemas: a CTI aprovou a minuta de instrução normativa apresentada pelo DTI às fls. 200/204 e deliberou por oficiar a Presidência do CNJ para sugerir a assinatura da citada IN. Sobre o anexo da citada IN (fls. 205/209), a Comissão entendeu caber a permanência em atividade do sistema de Cadastro Nacional do Magistrado e dos que são afetos à Corregedoria Nacional de Justiça, a qual deverá ser consultada sobre a necessidade de manutenção.
- d) Regras de sigilo em processos da Corregedoria²: o juiz Bráulio Gusmão informou que não houve andamento do projeto em razão de dúvidas sobre o *quantum* deliberado: níveis de sigilo, perfis de usuários, procedimentos no PJe, visualização de documentos/necessidade de modificação. Discutidos os pontos e ressalvado o fato de que a alteração do código do sistema para a implantação das regras perquiridas depende de análise do Comitê Gestor Nacional (próxima reunião: agosto de 2015), a CTI deliberou o seguinte: d.1) oficiar os Conselheiros e lhes informar que: a sugestão de regras de sigilo ainda não fora implementada por depender de análise do Comitê Gestor Nacional, agendada para o mês de agosto de 2015; a existência de processos sigilosos pode ser dirimida mediante solicitação dirigida à Secretaria Processual do CNJ sempre que se desejar obter dados acerca do número e partes de processos da Corregedoria; e a

² Memorando 007 CNJ/SCB/2015 (fl. 190).

consulta a visualização de documentos de processos pode ser realizada mediante requisição à Corregedoria Nacional de Justiça; d.2) oficiar a Corregedoria para que, no mais breve prazo possível, indique à Secretaria Processual quais processos de seu acervo devem ficar sob sigilo total aos Conselheiros e Gabinetes (quanto à visualização de documentos), enquanto não implementadas as regras ajustadas em reunião (memória de reunião CTI, 8 de abril de 2015).

- e) PL cargos de TI: o Juiz Bráulio Gusmão informou que o tema não foi por ele tratado. O sr. Marcelo Lauriano, por sua vez, informou que a Diretoria-Geral está realizando novo estudo para o encaminhamento da proposta. Diante dessas informações, a CTI deliberou por oficiar a Presidência do CNJ e a Diretoria-Geral para renovar a necessidade da tratativa, dada a premente necessidade de cargos de TI no âmbito do CNJ.
- f) Acordo de cooperação técnica SDH/CNJ: acordo assinado.

2. Acompanhamento do andamento no(a) DTI/SG sobre: BNMP, acesso a sistemas do INSS, implantação de versão usuário/senha no PJe, versão 2.0 do PJe, painel do advogado e PJe/Criminal

- a) BNMP: o juiz Bráulio Gusmão informou que o projeto está em andamento. Aguarda a manifestação da Corregedoria para prosseguimento;
- b) Acesso a sistemas do INSS: o juiz Bráulio Gusmão informou que o INSS está a especificar o pretendido. Tratativas em andamento;
- c) Versão Usuário/Senha: projeto implantado;
- d) Versão 2.0 PJe: o juiz Bráulio Gusmão informou que na semana do dia 06/07/2015 será apresentado o caderno de arquitetura e promovida consulta pública para teste da arquitetura e funcionalidades do sistema. Portanto, no entender da Comissão, a Versão 2.0 do PJe poderá ser considerada oficialmente lançada em agosto de 2015, durante o 2º Encontro Nacional do PJe, com a entrega do painel do magistrado (1ª entrega). A modificação da arquitetura do PJe (modularização) será implementada gradualmente, a partir de agosto/2015, com extração paulatina de módulos e inclusão de novas funcionalidades, correspondendo a sub-versões da versão 2.0;
- e) Painel do Advogado: projeto lançado e em produção no TJDF. O juiz Bráulio Gusmão noticiou que o Ministro Presidente fez questão de oficiar todos os tribunais para a adesão. Contatos já promovidos com o CNJ para

a conexão ao escritório digital: Justiça do Trabalho (outubro/2015); STF; TRF4; TJTO; TJSP; TST (diário eletrônico da justiça do trabalho);

- f) PJe Criminal: o juiz Bráulio Gusmão informou que o projeto será iniciado em agosto/2015 e finalizado no mês de dezembro de 2015. Considerações: os fluxos e trabalhos desenvolvidos foram recuperados; há participação do DMF no projeto; o sistema paradigma/calculadora de penas será o do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; e o TJPR se comprometeu em disponibilizar equipe para desenvolvimento de módulo no PJe 2.0;
- g) Gravação de audiência: o juiz Bráulio Gusmão informou que haverá um link dos áudios e vídeos do processo. O projeto já está desenhado e a parte da captura do áudio e vídeo encontra-se em estágio avançado de desenvolvimento.

3. Acompanhamento da organização do 2º Encontro Nacional do PJe

Local: Brasília, STF, sala de sessões 1ª Turma.

Data: 5 (tarde) e 6 (dia inteiro) de agosto de 2015.

Convidados especiais em virtude do projeto CNJ acadêmico: UFSC, UFPR, GEDEL (TRT3) e os representantes de informática das Associações Nacionais, todos na qualidade de ouvintes.

Palestrante do tema “CPC e o novo PJe”: Luciano Athayde (Rio Grande do Norte).

4. Acompanhamento sobre o GT ref. ações 4, 9 e 15 da ENCCLA

Item cancelado.

5. Processo 0000884-34.2015.2.00.0000 – Doação de Equipamentos ao TJSC

O sr. Marcelo Lauriano e o juiz Bráulio Gusmão opinaram pela não flexibilização da Resolução CNJ 185, de 18 de dezembro de 2013, em razão de o TJSC não possuir PJe e já ter recebido do CNJ, entre os anos de 2010 e 2014, o valor equivalente a R\$15.600.000,00 em equipamentos (quadro anexo). À vista dessas considerações, a CTI deliberou pelo indeferimento do pedido e expedição de comunicação do *quantum* deliberado ao Conselheiro Paulo Teixeira, relator do Pedido de Providências 0000884-34.2015.2.00.0000.

6. Relatório de Auditoria SCI 1/2015 – Doações de Equipamentos de TIC aos Tribunais

Ciência do Relatório. A CTI deliberou por endossar as considerações promovidas pela Secretaria de Controle Interno.

7. Sugestões à Resolução sobre doações de equipamentos de TIC

A CTI deliberou por aprovar a minuta apresentada pelo DTI (anexo) e solicitar à Secretaria Processual a abertura de procedimento na classe “Ato Normativo”, o qual deverá ser distribuído ao Conselheiro Saulo Casali.

A próxima reunião da CTI ficou designada para o dia 19 de agosto de 2015, às 9h, na Sala de Videoconferência (107).

Nada mais havendo a consignar, de ordem dos Exmos. Srs. Membros da Comissão, lavro a presente ata.

Brasília (DF), 29 de junho de 2015.

Jorge Henrique Meneses Mendes
Assistente VI/CNJ